ACOLHIMENTO E FORTALECIMENTO: OS CÍRCULOS DE CONSTRUÇÃO DE PAZ E AS COMPETÊNCIAS SOCIOEMOCIONAIS COMO SUPORTE A FAMÍLIAS DE CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA

Maria da Conceição Alexandre Souza[1]

1 INTRODUÇÃO

A sociedade contemporânea tem enfrentado diversos desafios no que diz respeito à inclusão e ao acolhimento de pessoas com deficiência, principalmente, no âmbito familiar. O diagnóstico de deficiência em uma criança pode gerar sentimentos complexos e ambivalentes nos pais e familiares, como ansiedade, medo, culpa e incerteza, quanto ao futuro.

Nesse contexto, é crucial que os profissionais envolvidos no processo de apoio às famílias possuam competências socioemocionais que permitam a criação de um ambiente acolhedor e inclusivo para todos os membros envolvidos. A Constituição Federal do Brasil de 1988 (CF 88) estabelece direitos fundamentais e princípios que abordam a temática da inclusão e proteção às pessoas com deficiência, particularmente no contexto da Educação Especial, uma modalidade de educação escolar voltada para o atendimento de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

Embora a CF 88 não mencione explicitamente a Educação Especial, alguns de seus princípios e direitos podem ser aplicados a esta modalidade de ensino. Dentre os artigos e princípios relevantes, podemos destacar: Artigo 205: estabelece que a educação é um direito de todos e dever do Estado e da família, sendo promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Artigo 206: garante o princípio da igualdade de condições para o acesso e permanência na escola, que se relaciona diretamente à inclusão das pessoas com deficiência no sistema educacional. Artigo 208: define como dever do Estado garantir a oferta de

[1] Graduanda do Curso de Doutorado em Políticas Públicas da Universidade Estadual do Ceará - CE; ceicaalexandresouza@gmail.com

educação escolar pública em todos os níveis de ensino, inclusive o atendimento educacional especializado às pessoas com deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino.

Com base nesses princípios e direitos estabelecidos pela CF 88, a legislação brasileira buscou desenvolver e implementar políticas públicas específicas para a Educação Especial, como a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, que orienta a oferta de atendimento educacional especializado, e a Lei nº 13.146/2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), que reforça o compromisso dos pais em promover a inclusão e o respeito às diferenças no ambiente escolar. Dessa forma, a Constituição Federal de 1988 estabelece um arcabouço jurídico que visa garantir os direitos e a proteção das pessoas com deficiência no contexto da Educação Especial, contribuindo para a criação de um ambiente escolar inclusivo e acolhedor para todos os alunos, independentemente de suas habilidades ou necessidades.

Desta feita, este artigo tem como objetivo proporcionar o acolhimento às famílias das crianças com diagnóstico de deficiência, utilizando os Círculos de Construção de Paz, por meio das competências socioemocionais, como estratégia de intervenção. Os Círculos de Construção de Paz, originários da cultura indígena e adaptados para diversos contextos, promovem diálogos respeitosos e empáticos, estabelecendo relações de confiança e cooperação entre os participantes. A hipótese central deste estudo é que o desenvolvimento de competências socioemocionais, como empatia, comunicação assertiva e gestão de emoções, resiliência emocional, respeito, amabilidade, entre outras, podem potencializar o processo de acolhimento às famílias e a aceitação das crianças com deficiência.

O artigo aqui apresentado se fundamenta na revisão de literatura acerca das competências socioemocionais, da aceitação familiar e dos Círculos de Construção de Paz, a partir da aplicação de Círculos para as famílias de crianças com deficiência do Colégio Ferreira de Souza. É nesta perspectiva de experiência com os Círculos que as famílias das crianças se sentiram respeitadas e acolhidas.

O presente texto encontra-se estruturado em cinco tópicos, apresentados a seguir. O primeiro expõe a metodologia aplicada, incluindo os procedimentos para a coleta e análise dos dados. O segundo propõe a revisão teórica sobre Educação Especial, as Competências Socioemocionais e os Círculos de Construção de Paz; no terceiro são apresentados os resultados e discussões obtidos, a partir da aplicação dos Círculos. Por

fim, o quarto o qual traz as conclusões, contribuições e limitações da pesquisa, bem como sugestões para futuros estudos.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A educação constitui um direito humano fundamental e inalienável, cuja efetivação exige não apenas o ingresso dos estudantes na escola, mas também condições para sua permanência, participação e aprendizagem. No Brasil, a Constituição Federal de 1988 estabelece a educação como direito de todos e dever do Estado e da família, além de assegurar, no artigo 206, inciso I, a igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola. Esses princípios fundamentam a construção de sistemas educacionais comprometidos com a equidade e com o reconhecimento das singularidades dos estudantes, incluindo aqueles com deficiência.

A efetivação desse direito demanda políticas públicas capazes de identificar e remover barreiras físicas, comunicacionais, atitudinais e pedagógicas que limitam a participação escolar. Nesse contexto, o Atendimento Educacional Especializado (AEE) constitui um serviço da Educação Especial destinado a organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que favoreçam a autonomia e a participação dos estudantes. Sua função é complementar ou suplementar a escolarização, e não substituir o ensino comum. Por isso, deve integrar a proposta pedagógica da escola e articular-se ao trabalho desenvolvido em sala de aula, respeitando as necessidades e as potencialidades de cada estudante.

Na Educação Infantil, a inclusão requer que o atendimento considere os diferentes espaços e experiências que compõem a rotina da instituição, como salas de referência, parques, refeitórios e ambientes de recreação. As interações e as brincadeiras, eixos estruturantes dessa etapa, favorecem o desenvolvimento da comunicação, da convivência, da autonomia e da aprendizagem. Brincadeiras multissensoriais e propostas diversificadas podem ampliar as possibilidades de exploração do ambiente, desde que planejadas de modo acessível e coerente com as características das crianças. A comunicação oral deve ser valorizada juntamente com a comunicação sinalizada e outras formas alternativas de expressão.

A história da Educação Especial brasileira demonstra uma transformação gradual nas concepções e nas formas de atendimento. Entre as primeiras instituições criadas no período imperial estão o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, em 1854, atual Instituto

Benjamin Constant, e o Instituto dos Surdos-Mudos, fundado em 1857, hoje Instituto Nacional de Educação de Surdos. Posteriormente, surgiram instituições especializadas, como o Instituto Pestalozzi, em 1926, e a primeira Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), em 1954. Essas iniciativas compõem a trajetória de atendimento às pessoas com deficiência, marcada durante muito tempo por modelos segregadores e por uma compreensão centrada na condição individual.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1961 reconheceu o direito à educação das pessoas então denominadas "excepcionais", preferencialmente no sistema geral de ensino. Mais tarde, a Constituição Federal de 1988 fortaleceu a perspectiva do direito universal à educação, articulando igualdade e reconhecimento das diferenças. A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, de 2008, consolidou a compreensão da Educação Especial como modalidade transversal a todos os níveis, etapas e modalidades de ensino, responsável pela oferta de serviços, recursos e estratégias de acessibilidade. O desafio contemporâneo consiste em converter esses princípios normativos em práticas efetivas, garantindo que cada estudante tenha oportunidades reais de aprender e participar.

MARCOS NORMATIVOS E FUNDAMENTOS DA INCLUSÃO

A construção das políticas de Educação Inclusiva no Brasil também foi influenciada por documentos internacionais que reafirmam a educação como direito universal. A Declaração Mundial sobre Educação para Todos, aprovada em Jomtien, na Tailândia, em 1990, destacou a necessidade de atender às necessidades básicas de aprendizagem de crianças, jovens e adultos. O documento reconhece que a educação contribui para o desenvolvimento pessoal e social, para a cooperação e para a construção de sociedades mais justas. Em 1994, a Declaração de Salamanca tornou-se referência para a formulação de políticas voltadas às pessoas com necessidades educacionais específicas, defendendo escolas capazes de acolher estudantes com diferentes condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais e linguísticas.

Esses marcos reforçam a necessidade de superar a separação entre sistemas comuns e sistemas segregados de ensino. Uma escola inclusiva não condiciona o direito à educação à adaptação do estudante a estruturas rígidas; ao contrário, reorganiza suas práticas, seus recursos e seus ambientes para responder à diversidade. A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, incorporada ao ordenamento jurídico

brasileiro pelo Decreto nº 6.949/2009, reafirma a dignidade, a autonomia, a não discriminação, a acessibilidade, a igualdade de oportunidades e a participação plena das pessoas com deficiência. Também enfatiza o respeito ao desenvolvimento das crianças e ao direito de preservarem sua identidade.

A perspectiva inclusiva implica, então, compreender que muitas dificuldades de aprendizagem não decorrem exclusivamente das características individuais dos estudantes, mas também da organização do sistema educacional, das estratégias pedagógicas, das condições de acessibilidade e das formas de avaliação. Por essa razão, políticas inclusivas e equitativas exigem articulação entre educação, saúde, assistência social e proteção à infância, além de financiamento, formação profissional e acompanhamento sistemático das condições de participação escolar. O currículo precisa ser planejado para atender a todos, com objetivos claros, flexibilidade metodológica e avaliação contínua do progresso.

A avaliação, nesse contexto, não deve funcionar apenas como mecanismo de classificação. Ela precisa oferecer informações que permitam ao professor compreender o que cada estudante já sabe, quais barreiras enfrenta e quais intervenções podem favorecer novas aprendizagens. O envolvimento ativo dos estudantes é essencial, assim como a observação de aspectos mais amplos do desenvolvimento, incluindo cooperação, comunicação e participação. Cabe aos profissionais avaliar também a efetividade de suas próprias estratégias de ensino, revendo-as sempre que não produzam os resultados esperados.

A construção de uma atitude inclusiva requer, ainda, disposição para reconhecer a alteridade. Respeitar as diferenças significa compreender que cada pessoa possui uma trajetória, conhecimentos, interesses e modos de participação próprios. Uma ética fundamentada no diálogo, na solidariedade, na cooperação e no reconhecimento de diferentes saberes permite olhar para o outro não como alguém estranho ou inferior, mas como sujeito de direitos. Como indicam Lübeck e Rodrigues (2013), a convivência democrática exige superar perspectivas etnocêntricas e reconhecer a diversidade como característica constitutiva da humanidade.

Por isso, a formação continuada de professores, gestores e demais profissionais é indispensável. A inclusão demanda reflexão sobre práticas, revisão de concepções e construção coletiva de soluções. O ambiente escolar deve funcionar como espaço de

aprendizagem compartilhada, no qual todos possam contribuir, independentemente da função que ocupam.

FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL E APRENDIZAGEM SIGNIFICATIVA

A Educação Especial, compreendida como modalidade transversal, deve assegurar recursos e serviços que eliminem barreiras à escolarização dos estudantes com deficiência, transtornos do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. Sua finalidade não é afastar esses estudantes da convivência comum, mas oferecer os apoios necessários para que participem do currículo e da vida escolar em condições de equidade. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/1996, prevê a oferta da Educação Especial preferencialmente na rede regular de ensino, princípio que demanda a reorganização das instituições e o fortalecimento do trabalho colaborativo.

A construção de práticas inclusivas está relacionada à compreensão de como os estudantes aprendem. Na perspectiva da aprendizagem significativa associada a David Ausubel, três condições são fundamentais: a organização de materiais potencialmente significativos; a presença de conhecimentos prévios relevantes na estrutura cognitiva; e a disposição do estudante para aprender. Essas condições ajudam a compreender que a aprendizagem não se limita à memorização de informações, mas envolve a relação entre novos conteúdos e aquilo que a pessoa já conhece, vivenciou e considera relevante.

O material didático precisa ser organizado de forma intencional, partindo de conceitos mais gerais para conteúdos progressivamente específicos, de modo a favorecer a compreensão. Antes de iniciar uma sequência de ensino, o professor deve identificar os conhecimentos prévios dos estudantes. Para isso, pode recorrer a diálogos, mapas mentais e conceituais, situações-problema, atividades experimentais e outros recursos adequados ao contexto. Essa investigação permite planejar intervenções mais próximas das experiências dos aprendizes e reconhecer quais conceitos precisam ser retomados ou ampliados.

A predisposição para aprender também exerce papel importante. Quando o estudante não encontra sentido no conteúdo ou não consegue relacioná-lo ao que já sabe, pode limitar-se à memorização temporária, sem conseguir explicar, transferir ou aplicar o conhecimento em novas situações. Em contrapartida, propostas contextualizadas e acessíveis podem favorecer a participação e a compreensão. Os

saberes populares e as experiências comunitárias constituem recursos relevantes, pois aproximam os conhecimentos escolares da vida cotidiana e valorizam o repertório cultural dos estudantes.

A aprendizagem significativa depende, ainda, da articulação entre currículo, atuação docente e participação discente. Um currículo inclusivo considera conteúdos, habilidades, competências, valores e relações sociais, sem perder de vista as necessidades de cada estudante. Deve oferecer oportunidades para o desenvolvimento da autonomia e da responsabilidade, tanto no espaço escolar quanto fora dele. Isso requer flexibilidade para adaptar estratégias e recursos, sem reduzir as expectativas de aprendizagem nem limitar o estudante às suas dificuldades.

O professor, por sua vez, precisa assumir uma postura reflexiva e investigativa, capaz de analisar sua prática e buscar alternativas diante dos desafios. Conforme discutem Tardif, Borges e Malo (2012), a formação docente contemporânea valoriza o desenvolvimento profissional e a reflexão sobre o ensino. No contexto inclusivo, isso significa olhar para as competências dos estudantes, identificar potencialidades e planejar intervenções que considerem dimensões físicas, psicológicas, sociais e culturais. A equidade não consiste em oferecer exatamente o mesmo a todos, mas em garantir os apoios necessários para que cada um tenha condições de aprender.

O estudante deve ser reconhecido como sujeito ativo do processo educativo, portador de conhecimentos prévios, interesses, talentos e experiências singulares. Não há um padrão único capaz de representar todas as trajetórias de aprendizagem. Metodologias padronizadas, quando ignoram a diversidade, podem invisibilizar necessidades e potencialidades. A prática inclusiva exige observação cuidadosa, diálogo e avaliação contínua, de modo que o ensino possa ser ajustado às respostas dos estudantes.

A escola precisa, portanto, fortalecer o clima escolar, o acolhimento e o respeito às singularidades. Como propõem Freire e outros autores vinculados à educação crítica, ensinar e aprender envolvem diálogo, reflexão e abertura à transformação. A inclusão beneficia todos os estudantes ao incentivar planejamento antecipado, participação, colaboração e construção de ambientes nos quais as diferenças não sejam motivo de exclusão.

A FAMÍLIA DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA: APOIO, DIREITOS E ACOLHIMENTO

A família constitui um dos primeiros contextos de socialização e desenvolvimento humano. É nesse espaço que o inivíduo começa a apropriar-se de hábitos, valores, práticas culturais e formas de relacionamento, ao mesmo tempo que recebe cuidados fundamentais à sua sobrevivência e ao seu bem-estar. Vygotsky (1994) destaca a importância das relações sociais e culturais no desenvolvimento, o que ajuda a compreender a relevância das experiências familiares para a aprendizagem e a formação da identidade. A parceria entre família e escola, portanto, pode ampliar as possibilidades de desenvolvimento e favorecer a continuidade das experiências educativas.

Entre as funções familiares estão a proteção, o apoio emocional, a construção de vínculos, a transmissão de referências culturais e o incentivo à autonomia. Entretanto, a chegada de um ser com deficiência pode provocar mudanças nas expectativas e na organização cotidiana da família. Ideias socialmente difundidas sobre uma criança idealizada,por exemplo, podem dar lugar a sentimentos de medo, insegurança, frustração, culpa ou negação diante do diagnóstico. Essas reações não ocorrem de maneira uniforme nem seguem necessariamente uma sequência fixa; cada família vivencia esse processo de acordo com sua história, seus recursos e sua rede de apoio.

Por isso, o acolhimento não deve se restringir à criança: precisa contemplar também pais, mães, responsáveis e demais familiares. Oferecer escuta respeitosa e informações acessíveis permite que a família expresse dúvidas, angústias e necessidades sem receio de julgamento. A orientação adequada contribui para que os responsáveis compreendam as características da criança, reconheçam suas potencialidades e encontrem formas de estimular sua comunicação, autonomia e participação. O apoio deve respeitar o ritmo, os limites e as escolhas familiares, evitando impor modelos únicos de cuidado.

O apoio à família também é uma responsabilidade pública. A Constituição Federal de 1988 estabelece, no artigo 205, a educação como direito de todos e dever do Estado e da família, com colaboração da sociedade. O Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei nº 8.069/1990, reforça o direito à educação e a responsabilidade dos pais ou responsáveis pela matrícula e pelo acompanhamento da frequência escolar. Já a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência enfatiza a não discriminação, a participação social, a acessibilidade, a igualdade de oportunidades e o respeito à

autonomia. Esses marcos legais sustentam a necessidade de políticas que garantam informação, serviços e apoio às famílias.

Acolher uma família significa reconhecer que ela também pode estar em processo de reorganização emocional e prática. É necessário criar espaços nos quais seus integrantes possam compartilhar experiências, construir vínculos e conhecer outras pessoas que vivenciam situações semelhantes. Esse apoio contribui para diminuir o isolamento, fortalecer a confiança e ampliar as redes de solidariedade. Quando a família se sente respeitada e amparada, pode encontrar melhores condições para apoiar a criança, sem que isso signifique responsabilizá-la individualmente por todas as demandas do desenvolvimento.

A inclusão efetiva exige, assim, uma rede colaborativa entre escola, família, serviços públicos e comunidade. A instituição educacional deve constituir um espaço seguro, no qual estudantes e familiares encontrem respeito, informação e oportunidades de participação. Mais do que convocar a família para cumprir tarefas, importa construir relações de confiança e corresponsabilidade, reconhecendo os direitos da pessoa com deficiência e a diversidade das configurações familiares.

COMPETÊNCIAS SOCIOEMOCIONAIS E PRÁTICAS DE ACOLHIMENTO

O acolhimento é uma prática relacional que envolve receber, escutar e reconhecer o outro em sua singularidade. No contexto da Educação Especial, sua relevância se amplia porque estudantes e familiares podem enfrentar situações de incerteza, sobrecarga, isolamento ou insegurança. Acolher implica criar condições para que as pessoas expressem suas experiências e necessidades sem serem reduzidas ao diagnóstico ou às dificuldades que enfrentam. Trata-se de uma postura ética, pois se fundamenta no respeito às diferenças; estética, porque constrói respostas a partir dos recursos e das possibilidades de cada contexto; e política, porque pressupõe participação e corresponsabilidade.

As relações humanas são constituídas por vínculos, afetos, ideias e compromissos compartilhados. Por isso, acolher e ser acolhido são experiências importantes para o bem-estar e para a construção de redes de apoio. Na escola, essas práticas podem favorecer o sentimento de pertencimento, a confiança entre profissionais e famílias e a participação nas decisões que dizem respeito à aprendizagem e ao desenvolvimento dos estudantes. O acolhimento não se limita a uma ação pontual: precisa integrar a cultura

institucional e estar presente nas formas de comunicação, organização dos espaços e resolução de dificuldades.

As competências socioemocionais contribuem para esse processo, pois envolvem habilidades necessárias à compreensão das próprias emoções, à construção de relações saudáveis e à tomada de decisões responsáveis. Entre elas, destacam-se o autoconhecimento, a autogestão, a consciência social, as habilidades de relacionamento e a tomada de decisão responsável. O autoconhecimento permite identificar emoções, valores, potencialidades e limites; a autogestão envolve regular pensamentos, sentimentos e comportamentos, lidar com o estresse e persistir diante de desafios; e a consciência social favorece a empatia, o respeito à diversidade e a compreensão de diferentes perspectivas.

As habilidades de relacionamento incluem a comunicação clara, a escuta ativa, a cooperação, a negociação de conflitos e a capacidade de pedir ou oferecer ajuda. Já a tomada de decisão responsável pressupõe avaliar consequências, considerar princípios éticos e levar em conta a segurança e o bem-estar próprios e dos demais. Essas competências se desenvolvem ao longo da vida e influenciam a maneira como as pessoas enfrentam frustrações, lidam com mudanças e estabelecem vínculos. No ambiente escolar, podem apoiar a aprendizagem, a convivência e a prevenção de situações de violência e exclusão.

A formação socioemocional não deve ser entendida como uma responsabilidade exclusiva dos estudantes. Pais, responsáveis, professores, gestores e demais profissionais também precisam de oportunidades para reconhecer emoções, desenvolver a escuta e fortalecer estratégias de cooperação. Famílias que recebem apoio podem encontrar mais recursos para lidar com desafios cotidianos, enquanto profissionais preparados tendem a estabelecer relações mais respeitosas e sensíveis às necessidades da comunidade. Isso não elimina dificuldades estruturais, mas pode ampliar a capacidade coletiva de enfrentá-las.

O desenvolvimento dessas competências requer práticas coerentes com os valores que se deseja promover. Não basta falar sobre empatia: é necessário organizar situações em que as pessoas possam ouvir diferentes experiências, dialogar e construir acordos. Do mesmo modo, a participação não se efetiva quando as decisões já estão tomadas e os envolvidos são apenas informados. É fundamental que a escola desenvolva espaços de

escuta e colaboração, valorizando as contribuições de estudantes, familiares e profissionais.

Nesse sentido, os Círculos de Construção de Paz constituem uma possibilidade metodológica para promover o acolhimento, a empatia e o fortalecimento das relações. Ao organizar encontros estruturados em torno do diálogo e da participação, os Círculos oferecem oportunidades para que os envolvidos compartilhem sentimentos, reconheçam necessidades e construam entendimentos comuns. Sua utilização no contexto escolar pode favorecer o sentimento de pertencimento e ampliar as redes de apoio, especialmente quando famílias e profissionais precisam conversar sobre experiências difíceis.

A adoção dessas práticas, Círculos de Construção de Paz e as Competências Socioemocionais, demanda planejamento, formação e compromisso institucional. É necessário garantir, portanto, um ambiente respeitoso, acolhedor, participação voluntária e atenção às condições emocionais dos envolvidos. O objetivo não é forçar relatos pessoais nem eliminar divergências, mas construir condições para que as diferenças sejam tratadas de maneira digna e colaborativa.

CÍRCULOS DE CONSTRUÇÃO DE PAZ: DIÁLOGO, VÍNCULOS E CULTURA DE PAZ

Os Círculos de Construção de Paz (CCP) constituem uma prática restaurativa que busca fortalecer vínculos, promover o diálogo e construir respostas colaborativas para dificuldades e conflitos. Inspirados, entre outras referências, em tradições indígenas de reunião e partilha, os Círculos articulam práticas ancestrais a princípios contemporâneos de inclusão e participação.

A organização circular favorece que todos possam ver e ouvir uns aos outros, reduzindo hierarquias simbólicas e incentivando a participação. O facilitador acompanha o processo, ajuda a manter um ambiente respeitoso e estimula a distribuição equilibrada da palavra, sem impor respostas ou controlar o conteúdo das experiências compartilhadas. O poder e a responsabilidade pelo diálogo são, na medida do possível, construídos coletivamente. Para isso, os participantes definem valores e orientações que contribuam para a segurança, o respeito e a escuta.

Entre os elementos estruturantes dos círculos estão os rituais de abertura e encerramento, a peça de centro, os valores e diretrizes compartilhados, o objeto da

palavra e as perguntas norteadoras. Os rituais ajudam a marcar o encontro como um espaço de atenção e reflexão; a peça de centro pode representar os valores que orientam o grupo; e as perguntas norteadoras estimulam a expressão de sentimentos, necessidades e perspectivas. O objeto da palavra organiza a participação, evitando interrupções e favorecendo a escuta atenta. Esses componentes podem ser adaptados às características do grupo, desde que preservem os princípios de respeito, participação e cuidado.

Embora práticas circulares tenham sido utilizadas em contextos de justiça restaurativa e resolução de conflitos, sua aplicação se ampliou para escolas, famílias, locais de trabalho e comunidades. Os Círculos podem acolher novos integrantes, fortalecer valores coletivos, abordar temas difíceis, apoiar equipes, prevenir conflitos e promover a reconstrução de relações afetadas. Em situações de dano, podem contribuir para compreender os impactos, reconhecer responsabilidades e buscar formas de reparação. Em encontros preventivos, ajudam a fortalecer vínculos antes que os conflitos se intensifiquem.

A cultura de paz não se resume à ausência de conflitos. Ela é construída cotidianamente por meio de atitudes, práticas e estruturas que valorizam a dignidade, o diálogo e a justiça. Jares (2004) associa a pedagogia da paz ao desenvolvimento da autonomia e à capacidade de as pessoas se tornarem protagonistas na transformação dos próprios conflitos. Nessa perspectiva, o Círculo oferece um espaço intencional para tratar questões difíceis, compreender diferenças e construir soluções que considerem as necessidades dos envolvidos. Conforme Pranis (2011), cada participante possui valor e dignidade equivalentes e pode contribuir com recursos e perspectivas relevantes para a busca de uma solução.

A metodologia também apresenta aproximações com os Círculos de Cultura associados a Paulo Freire, nos quais o diálogo e a participação favorecem a leitura crítica da realidade e a construção compartilhada de sentidos. Em ambos os casos, a aprendizagem ocorre por meio da troca, da reflexão e do reconhecimento dos saberes dos participantes. A pessoa responsável pela facilitação não ocupa o lugar de quem detém todas as respostas; sua função é apoiar o processo para que o grupo possa escutar, refletir e elaborar possibilidades.

No campo da Educação Inclusiva, os Círculos de Construção de Paz podem contribuir para aproximar famílias, estudantes, professores, gestores e redes comunitárias. A experiência de famílias de crianças com deficiência pode envolver

desafios relacionados ao acesso a serviços, à participação escolar, ao preconceito e à sobrecarga do cuidado. Um Círculo bem planejado pode oferecer oportunidade de compartilhar vivências, reconhecer necessidades comuns e fortalecer laços de solidariedade. Ao perceber que outras pessoas também enfrentam dificuldades e desenvolvem estratégias de enfrentamento, os participantes podem reduzir a sensação de isolamento e ampliar suas redes de apoio.

Os Círculos não substituem políticas públicas, serviços especializados ou intervenções profissionais necessárias. Sua contribuição está em criar condições relacionais para a escuta, a participação e a construção coletiva, em articulação com os demais recursos disponíveis. A implementação exige preparação dos facilitadores, clareza sobre os objetivos, respeito à participação voluntária e atenção a situações que possam demandar proteção ou acompanhamento específico. É igualmente importante evitar que o espaço se converta em ambiente de julgamento ou em exigência de exposição de experiências íntimas.

Em síntese, os Círculos de Construção de Paz podem fortalecer uma concepção de escola comprometida com a inclusão, a aprendizagem significativa e o cuidado com as relações. Ao favorecerem o diálogo, a comunicação e a corresponsabilidade, ajudam a tratar conflitos como oportunidades de compreensão e transformação, e não apenas como situações que exigem punição. Articulados às políticas de Educação Especial, ao apoio às famílias e ao desenvolvimento de competências socioemocionais, os Círculos podem contribuir para ambientes mais acolhedores, participativos e respeitosos. Assim, o diálogo circular permite que experiências individuais se encontrem, produzindo novas compreensões e possibilidades de convivência.

3 METODOLOGIA (OU MATERIAIS E MÉTODOS)

O conhecimento humano caracteriza-se pela relação estabelecida entre o sujeito e o objeto, podendo-se dizer que esta é uma relação de apropriação. A complexidade do objeto a ser conhecido determina o nível de abrangência da apropriação. Assim, a apreensão simples da realidade cotidiana é um conhecimento popular ou empírico, enquanto o estudo aprofundado e metódico da realidade enquadra-se no conhecimento científico. O presente trata da investigação, da apresentação da metodologia referente a uma pesquisa efetuada, a caracterização da amostra, o instrumento utilizado para a obtenção dos dados, bem como a forma como foram tratados e analisados.

A investigação realizada no âmbito da Educação Especial e as suas condições no que se remete a pesquisas empíricas, requer um conjunto de interpretações provisoriamente validadas, ou seja, a teoria a qual constitui o ponto de partida para a investigação. É fato que não se deve permitir que a teoria, no que respeita à análise de situações concretas, remeta-se a um círculo fechado e traçado de antemão de forma definitiva.

O estudo que motivou a escrita desse texto, assente nos pressupostos anteriores, e devido à sua natureza e finalidade, teve por base uma metodologia qualitativa. Esta permitiu-nos o estudo da realidade sem fragmentação nem descontextualização, dado que o seu ponto de partida tem como presumível os dados recolhidos. (Almeida & Freire, 2010).

A pesquisa foi feita com uma amostra de 15 (N=15) participantes, pais de crianças com deficiência do Colégio Ferreira de Souza. Os referidos pais apresentavam idades entre 25 e 51 anos. Dentre esses pais, apenas 1(N=1) era do sexo masculino. Exercem profissões nas áreas da Educação (professores), psicóloga, Gastronomia (copeira), Comércio (comerciantes) e Serviços domésticos (donas de casa).

Os instrumentos utilizados no decorrer da investigação foram:

1. **os Círculos de Construção de Paz**, prática que surge do campo da Justiça Restaurativa, cujo objetivo é reparar danos, reconstruir relações e promover a compreensão e a harmonia entre indivíduos ou grupos em conflito. São usados em diversos contextos, incluindo escolas, comunidades, locais de trabalho e sistemas de justiça, enfocando a resolução de conflitos de maneira mais colaborativa e menos punitiva;
2. **entrevista semiestruturada**, baseada nas metodologias e técnicas de pesquisa propostas por Maria Minayo (Minayo, 2009) a qual expressa que “as entrevistas podem fornecer dados primários: informações diretamente construídas no diálogo com o indivíduo entrevistado e tratam da reflexão do próprio sujeito sobre a realidade que vivencia. Ela combina perguntas fechadas e perguntas abertas. O entrevistado tem a possibilidade de discorrer sobre o tema em questão sem se prender à indagação formulada (Minayo, 2009). Trata-se de facto de uma pesquisa qualitativa, pois é possível identificar a entrevista como sendo um instrumento de coleta de dados consolidados e utilizados na busca da interpretação de fatos e relações sociais.

A referida entrevista foi feita com os pais das crianças com deficiência do Colégio Ferreira de Souza, aplicada após experienciarem a metodologia dos Círculos de Construção de Paz. Foram formuladas 18 (dezoito) questões, entre objetivas e subjetivas, de modo que fossem captadas e recolhidas as respostas dos pais, a partir do que vivenciaram no momento dos Círculos, bem como suas apreciações acerca do colégio, no tocante à inclusão.

Para a análise dos dados obtidos por meio da entrevista, buscou-se a análise de conteúdo, pois a utilização da estratégia de análise de conteúdo permite entender como os participantes articulam suas experiências e vivências Bardin (2018). Articulação, argumentação e diálogo, elementos presenciados na entrevista são fatores importantes entre os sujeitos da pesquisa, uma vez que isso promove diferentes discursos, os quais devem ser entendidos como construções de sentidos que ocorrem em um dado momento e num contexto sociocultural específico.

Salienta-se que o instrumento foi aplicado aos pais das crianças com deficiência. Ele foi executado somente uma vez, no período em que a metodologia dos Círculos foi finalizada, a fim de dar respaldo às experiências, a partir da vivência obtida pelos integrantes do grupo. Os pais foram convidados a responder à entrevista, que teve a duração de aproximadamente 10 minutos.

A estrutura da entrevista, composta pela formulação de questões diretas, simples e objetivas (variáveis pessoais, contextuais e comportamentais), não exigiam respostas muito elaboradas, mas sim, simples e pragmáticas, tais como:

- Idade, profissão e sexo;
- O que faz você se sentir bem no Colégio Ferreira de Souza?
- Qual é o seu lugar favorito do(a) Filho(a), no Colégio Ferreira de Souza?
- O que é, realmente, importante para você, no Colégio Ferreira de Souza?
- Que tipo de comportamento lhe causa mais irritação, no colégio?
- Quanto ao processo pedagógico do colégio, você...
- Você já ouviu falar em Círculos de Construção de Paz?
- Você já participou de algum momento no colégio?
- Como você se sentiu no momento do momento do check in?
- Quais sentimentos foram despertados em você, no decorrer da aplicação do Círculo de Construção de Paz?

● Qual é a lição mais importante que você aprendeu, quando participou do Círculo de Construção de Paz? Por quê?

● O que lhe deu mais prazer, quando participou do Círculo?

● Que valor você gostaria de oferecer para o grupo, quando participou do Círculo de Construção de Paz? Por que escolheu essa palavra?

● O que você aprecia no Círculo de Construção de Paz?

● Escolha uma palavra ou expressão que representa você, após o conhecimento do Círculo de Construção de Paz. Por que escolheu essa palavra ou expressão?

● Você indicaria essa metodologia a outros pais? Justifique.

3. **planificação das sessões:** aconteceu por meio de diálogos potencializados nos momentos da facilitação dos Círculos.

MOMENTO 1 - Círculo de Construção de Paz de acolhimento;
MOMENTO 2 - Círculo de Construção de Paz de felicidade, alegria e fortaleza;
MOMENTO 3 - Círculo de Construção de Paz - A minha família;
MOMENTO 4 - Círculo de Construção de Paz sobre os filhos;
MOMENTO 5 - Círculo de Construção de Paz de sentimento de pertencimento;
MOMENTO 6 - Círculo de Construção de Paz de sentimento de apoio e cuidado;
MOMENTO 7 - Círculo de Construção de Paz de fortalecimento de vínculos – respeito;
MOMENTO 8 - Círculo de Construção de Paz de autocuidado.

Assim, a metodologia do resumo expandido deverá apresentar os caminhos metodológicos e uso de ferramentas, técnicas de pesquisa e de instrumentos para coleta de dados. Abaixo, segue o passo a passo de um Círculo de Construção de Paz facilitado em um dos momentos com os pais das crianças.

Leitura do texto: Laços de Afeto (Mário Quintana)

MOMENTO 8 - *Círculo de Construção de Paz de autocuidado*								
Data	Local	Público	Cerimônia de abertura	Check - in	Rodada de valores	Perguntas mobilizadoras	Check - out	Cerimônia de encerramento
21/08 /2023	Quadra do Colégio Ferreira de Souza	Pais das crianças	Música: Ser Eu (Tori) https://www.youtube.com/watch?v=ug4WPqgyk4o&ab_channel=Tori	Convidar a pessoa a se olhar em um espelho, que será passado no círculo, com uma palavra, expressar como está se sentindo. .	Fale uma palavra que expresse um valor que você possui e queira apresentar ao grupo.	1.Qual é o significado que a vida tem para você? 2.Qual o maior desafio para desenvolver o autocuidado no ambiente de trabalho, em casa? 3. O que você pode fazer para tornar esse ambiente mais harmonioso?	O que o círculo significou para você hoje?	Leitura do texto: "Sou feita de retalhos", de Cris Pizzimenti. https://www.youtube.com/watch?v=hr1x6ovHy3Q

Quadro 7 - MOMENTO 8 - *Círculo de Construção de Paz de autocuidado*

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O acolhimento aos pais de crianças com deficiência, utilizando os Círculos de Construção de Paz, pode resultar em uma série de benefícios significativos para todas as partes envolvidas. Como se sabe, os referidos Círculos são uma prática derivada dos Círculos Restaurativos, que visam promover a comunicação aberta, a compreensão mútua e a resolução de conflitos de maneira colaborativa e respeitosa.

Quando aplicados no contexto de pais das crianças com deficiência do Colégio Ferreira de Souza, foram tidos os seguintes resultados esperados:

(i) Empoderamento dos pais: os Círculos de Construção de Paz proporcionaram um ambiente seguro e de apoio onde os pais puderam compartilhar suas experiências, preocupações e perspectivas. Isso pôde ajudá-los a se sentirem ouvidos, validados e capacitados para tomar decisões relacionadas à educação e ao cuidado de seus filhos com deficiência.

(ii) Fortalecimento dos vínculos familiares: ao participarem dos Círculos de Construção de Paz, os pais tiveram a oportunidade de se conectar com outros pais que enfrentaram desafios semelhantes. Isso favoreceu uma rede de apoio e solidariedade entre as famílias, fortalecendo os laços familiares e reduzindo o isolamento social que alguns pais de crianças com deficiência enfrentam.

(iii) Melhoria da comunicação e resolução de conflitos: os Círculos de Construção de Paz enfatizam a escuta ativa, o respeito mútuo e a busca por soluções colaborativas. Ao praticarem essas habilidades durante os Círculos, os pais puderam melhorar a capacidade de se comunicar de maneira eficaz e resolver conflitos de forma construtiva, tanto dentro de suas próprias famílias quanto em interações com profissionais de saúde e educação.

(iv) Promoção da inclusão e da diversidade: participar de Círculos de Construção de Paz pode sensibilizar os pais para questões relacionadas à inclusão e diversidade. Ao compartilharem suas experiências e ouvirem as histórias de outros pais, eles puderam desenvolver uma maior compreensão e empatia em relação às diferentes necessidades e realidades das crianças com deficiência, contribuindo para a promoção de uma cultura mais inclusiva e respeitosa.

(v) Engajamento comunitário e advocacy: os Círculos de Construção de Paz podem servir como uma plataforma para os pais se envolverem em atividades de advocacy e defesa de direitos em nome de seus filhos com deficiência. Ao se unirem com outros pais e profissionais em um ambiente de apoio e colaboração, eles puderam se sentir mais encorajados e capacitados para advogar por mudanças positivas em políticas e práticas que afetam as pessoas com deficiência em suas comunidades.

Em resumo, acolher os pais de crianças com deficiência, utilizando os Círculos de Construção de Paz pode proporcionar um espaço valioso para o compartilhamento de experiências, o fortalecimento dos vínculos familiares, a melhoria da comunicação e resolução de conflitos, a promoção da inclusão e diversidade, e o engajamento comunitário e advocacy em prol dos direitos das pessoas com deficiência. Esses resultados podem contribuir sobremaneira para uma maior qualidade de vida e bem-estar não apenas para os pais, mas também para suas crianças com deficiência e para a sociedade como um todo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo teve como objetivos demonstrar a importância da empatia, considerando os diferentes sentimentos, necessidades e formas de pensar e agir, bem como ampliar as relações interpessoais por meio da participação e da cooperação entre pais de crianças com deficiência.

A partir das experiências vivenciadas, foi possível compreender que o acolhimento dessas famílias constitui uma dimensão essencial para a construção de uma educação verdadeiramente inclusiva, exigindo da escola práticas que valorizem a escuta, o respeito à diversidade e o fortalecimento dos vínculos humanos.

Nesse contexto, os Círculos de Construção de Paz (CCP), articulados ao desenvolvimento das Competências Socioemocionais, revelaram-se estratégias relevantes para promover espaços de diálogo, segurança e respeito mútuo. A metodologia possibilitou que os pais compartilhassem experiências, expressassem preocupações e refletissem sobre os desafios enfrentados na trajetória de seus filhos, favorecendo a compreensão mútua, a empatia e a construção de relações mais colaborativas. A escuta ativa e o reconhecimento das vivências de cada participante contribuíram para reduzir o sentimento de isolamento e fortalecer a aproximação entre as famílias e a comunidade escolar.

O desenvolvimento das Competências Socioemocionais, especialmente a empatia, a comunicação, a cooperação, o respeito e a resolução de problemas, mostrou-se igualmente importante para ampliar as possibilidades de convivência e fortalecer atitudes favoráveis à inclusão. A articulação dessas competências com os Círculos de Construção de Paz contribui para a constituição de um ambiente educativo mais acolhedor, solidário e comprometido com o reconhecimento das singularidades de cada criança e de sua família.

Os relatos e as reflexões produzidas ao longo do estudo também evidenciaram a persistência de barreiras atitudinais, estruturais e relacionadas às mentalidades, que desafiam a efetivação da inclusão. Essa constatação reforça a necessidade de ações contínuas e integradas entre escola, famílias e demais integrantes da comunidade educativa, de modo que o acolhimento não se restrinja a iniciativas pontuais, mas se consolide como princípio orientador das práticas institucionais.

Conclui-se, portanto, que os Círculos de Construção de Paz, associados às Competências Socioemocionais, apresentam potencial para fortalecer os vínculos, ampliar a participação das famílias e favorecer uma cultura de inclusão e respeito à diversidade. Para além das contribuições acadêmicas, a investigação proporcionou uma oportunidade de reflexão sobre a trajetória pessoal e profissional, reafirmando a importância de reconhecer as histórias, os desafios e as potencialidades de cada participante.

Assim, cuidar das famílias, acolher suas experiências e valorizar suas vozes constitui um caminho fundamental para a construção de uma escola mais humana, democrática, inclusiva e comprometida com o desenvolvimento integral de todas as crianças.

Palavras-chave: inclusão - educação especial - acolhimento - círculos de construção de paz e competências socioemocionais.

REFERÊNCIAS

HOUAISS, António. A importância do acolhimento aos pais de filhos com diagnóstico de deficiência na construção de um convívio rico em relações positivas. Revista Escola de Pais do Brasil – Seccional da Grande Florianópolis, [S. l.], n. 6, p. 41, 2015.

AUSUBEL, David Paul. Aquisição e retenção de conhecimentos: uma perspectiva cognitiva. Lisboa: Plátano Edições Técnicas, 2003.

BOYES-WATSON, Carolyn; PRANIS, Kay. No coração da esperança: práticas circulares: o uso de círculos de construção da paz para desenvolver a inteligência emocional, promover a cura e construir relacionamentos. Tradução de Fátima De Bastiani. Porto Alegre: Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, Departamento de Artes Gráficas, 2011. 280 p.

BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. Lisboa: Edições 70, 2018

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Trabalho de campo: contexto de observação, interação e descoberta. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). Pesquisa social: teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016.

TARDIF, Maurice; BORGES, Cecilia; MALO, Annie. Le virage réflexif en éducation: où en sommes-nous 30 ans après Schön? Bruxelles: De Boeck Supérieur, 2012. (Pédagogie en développement).